

Flávio Gonçalves dos Santos

Economia e Cultura do Candomblé na Bahia:

o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937

Ilhéus-Bahia



2013



Universidade Estadual de Santa Cruz

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

JAQUES WAGNER - GOVERNADOR

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

OSVALDO BARRETO FILHO - SECRETÁRIO

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ

ADÉLIA MARIA CARVALHO DE MELO PINHEIRO - REITORA

EVANDRO SENA FREIRE - VICE-REITOR

DIRETOR DA EDITUS

RITA VIRGINIA ALVES SANTOS ARGOLLO

Conselho Editorial:

Maria Luíza Nora – Presidente

Evandro Sena Freire

Antônio Roberto da Paixão Ribeiro

Dorival de Freitas

Fernando Rios do Nascimento

Jaênes Miranda Alves

Jorge Octavio Alves Moreno

Lino Arnulfo Vieira Cintra

Lourival Pereira Júnior

Maria Laura Oliveira Gomes

Marcelo Schramm Mielke

Marileide Santos Oliveira

Raimunda Alves Moreira de Assis

Ricardo Matos Santana

Copyright ©2013 by FLÁVIO GONÇALVES DOS SANTOS

Direitos desta edição reservados à
EDITUS - EDITORA DA UESC

A reprodução não autorizada desta publicação, por qualquer meio,
seja total ou parcial, constitui violação da Lei nº 9.610/98.

Depósito legal na Biblioteca Nacional,
conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

PROJETO GRÁFICO E CAPA
Alencar Júnior

REVISÃO
Genebaldo Pinto Ribeiro
Maria Luiza Nora
Roberto Santos de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

- S237 Santos, Flávio Gonçalves dos.
Economia e cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de
objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937 / Flávio Gonçalves
dos Santos. – Ilhéus, BA : Editus, 2013.
342 p. : il. ; anexos.
- Bibliografia: p. 223-231.
ISBN 978-85-7455-292-7
1. Economia – Aspectos religiosos. 2. Candomblé – Bahia -
História. 3. Objetos litúrgicos – Aspectos econômicos – Cultos
afro-brasileiros. 4. Religião – Aspectos econômicos. I. Título.

CDD 306.6

EDITUS - EDITORA DA UESC
Universidade Estadual de Santa Cruz
Rodovia Jorge Amado, km 16 - 45662-900 - Ilhéus, Bahia, Brasil
Tel.: (73) 3680-5028
www.uesc.br/editora
editus@uesc.br

EDITORA FILIADA À



SUMÁRIO

PREFÁCIO	11
INTRODUÇÃO	21
CAPÍTULO I – A CIDADE, O PORTO E O COMÉRCIO	35
A cidade: cenários, dramas e personagens.....	35
O cenário em mudança.....	37
Os dramas e as tramas da cidade.....	42
Estatísticas dos óbitos por moléstia em Salvador.....	44
O comércio e seus agentes.....	53
O movimento portuário de Salvador: valores, cargas e produtos.....	61
Navegação de cabotagem: valores, produtos e volumes.....	64
A pequena cabotagem.....	65
A grande cabotagem.....	71
Navegação de longo curso.....	78
Conclusão.....	90
CAPÍTULO II – UM COMÉRCIO MUITO ESPECIAL	95
Um comércio de motivação pré-capitalista?.....	109
Os agentes comerciais.....	118
Nomes, produtos e números do comércio entre a Costa d’África e a Bahia.....	124
As condições e a remuneração do trabalho.....	140
Remuneração do trabalho em Salvador na segunda metade do século XIX e início do século XX.....	141
Conclusão.....	148
CAPÍTULO III – SEM MERCADO NÃO HÁ ORIXÁ	153
<i>Potlach</i> , don e contra-don e a solidariedade das comunidades de santo.....	170
O mercado dos orixás.....	175
Os custos de uma devoção.....	190
Conclusão.....	212

CONSIDERAÇÕES FINAIS	217
Fontes jornalísticas	222
Fontes alfandegárias	222
Documentos e relatórios produzidos pelo poder público	223
Referências	223
Sítios da Internet	231
 ANEXOS	
Anexo I – Mapa de notificação de casos de varíola na Cidade do Salvador no ano de 1903	235
Anexo II – Mapas de notificação de casos de varíola na Cidade do Salvador no período de 1897 a 1903	236
Anexo III – Mapa da mortalidade geral segundo a cor e o sexo no ano de 1903	238
Anexo IV – Manifestos de Importação.....	239
Anexo V – Despachos de Importação	256
Anexo VI – Notícias do falecimento de Mãe Aninha	304
Anexo VII – Glossário	313
Anexo VIII – Imagens	321

PREFÁCIO

Lana Lage

Este livro resulta de uma tese de doutorado na área de História Econômica. Essa informação, abrindo o prefácio, já poderia afastar muitos dos seus possíveis leitores, sob a alegação de constituir um texto de interesse apenas dos especialistas. No entanto, logo de início, a leitura de *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850-1937* contraria essa primeira impressão, pois seu autor conjuga os conhecimentos metodológicos necessários a esse campo da historiografia com a arte da narrativa, o que torna o livro atraente mesmo para aqueles que não têm nenhum interesse específico pelos aspectos econômicos da História. A partir de uma abordagem que vê a economia de forma integrada à totalidade social, Flávio Gonçalves dos Santos destaca os aspectos culturais presentes nas trocas comerciais envolvendo produtos utilizados no culto aos orixás, realizadas entre o Brasil e a África. Por isso, além de constituir importante contribuição para sua área específica, este livro pode ser lido com prazer por todos os que se interessam pela história de nosso país, particularmente por nossa herança africana.

Lucien Febvre, um dos fundadores da *École des Annales*, movimento que, como afirmou Peter Burke¹, provocou uma verdadeira revolução nos estudos históricos contemporâneos, aconselhou os historiadores, em uma palestra dirigida aos recém ingressos no ofício, a viver a vida antes de mergulhar no passado. A vida intelectual, certamente, e em toda a sua variedade, pois, para Febvre, a História deveria incorporar os ensinamentos da Geografia, da Sociologia, da Antropologia, da Psicologia. E a interdisciplinaridade foi uma das mais importantes marcas dos *Annales*. Mas, também, que tivessem uma vida prática, comprometida com as questões de seu tempo. Para ele, não deveria haver

¹ BURKE, 1991.

barreiras entre ação e pensamento, entre a vida do homem e a do historiador².

No livro de Flávio Gonçalves dos Santos podemos ouvir o eco dessas lições. Em primeiro lugar, porque o autor remete seu interesse pelo tema às vivências da infância. Filho da Bahia, nascido em uma família adepta do candomblé, foi participando do culto aos orixás que percebeu, ainda menino, a importância do comércio de objetos litúrgicos nessa religião, cujas oferendas rituais exigem grande quantidade e diversidade de produtos que dependem de conhecimentos específicos para serem comprados e utilizados corretamente. E a referência a essa origem e à sua fé em um trabalho acadêmico tem a dimensão de um posicionamento político a favor da liberdade religiosa, nesses tempos marcados pelo recrudescimento da intolerância contra as religiões afro-brasileiras, que vem acompanhando o crescimento do neopentecostalismo no Brasil.

A outra lição de Febvre, a da interdisciplinaridade, também está presente neste livro. Como o próprio título indica, a economia é analisada aqui sob um prisma amplo, imbricada com a cultura, incluindo a religiosidade, e as relações sociais e de poder. Nesse sentido, a História Econômica que o autor pratica é também tributária dos Annales. Os historiadores ligados a esse movimento historiográfico desenvolveram o que Pierre Chaunu chamou de História Serial, aplicando métodos estatísticos para reconstruir séries de dados, mas sem deixar de integrar os fenômenos propriamente econômicos aos outros fenômenos sociais, na procura da apreensão da totalidade da vida humana, como apontou Pierre Vilar³.

No campo da Antropologia, a dimensão religiosa do comércio e do mercado no candomblé já havia sido remarcada no belíssimo livro *Galinha de Angola: iniciação e identidade na cultura afro-brasileira*. Como apontaram seus autores, nos cultos afro-brasileiros, o

² MOTA, 1978.

³ MARCZEWSKI; VILAR, 1973.

comércio desses objetos não se esgota na troca de produtos em si mesmos. O mercado constitui um *locus* privilegiado, onde, além de realizar transações econômicas, se permuta conhecimentos sobre as propriedades religiosas dos produtos e a forma como devem ser utilizados nos rituais, isto é, conhecimentos sobre o próprio culto, que são partilhados entre vendedores e compradores⁴.

Foi a partir da leitura desse e de outros textos, como o de Herkovits⁵, que Flávio Gonçalves dos Santos se perguntou se a observação não se confirmaria com relação ao comércio internacional. Isto é, se esse comércio não funcionaria também como difusor de valores étnicos, crenças e ritos religiosos, a ponto de construir certa unidade identitária entre a população afro-brasileira e os negros que retornaram do Brasil à Costa d'África.

O acesso a uma bibliografia que focalizava a comunidade de afro-brasileiros retornados e as suas atividades econômicas ao longo do século XIX ajudou a definir os rumos da pesquisa. Pierre Verger, cujo trabalho teve influência decisiva na forma de abordagem do tema, havia reconstituído as redes comerciais dos séculos XVII a XIX entre essas duas regiões⁶. Manuela Carneiro da Cunha também havia se referido ao comércio entre brasileiros residentes em Lagos e a Bahia no século XIX, ao estudar a construção identitária daquela população de retornados⁷.

Definida a hipótese, era preciso procurar as fontes que lhe permitissem sustentá-la. Em entrevista publicada na imprensa em 1936, Martiniano Eliseu do Bomfim, reconhecida autoridade entre o povo de candomblé da Bahia, referia-se à sua participação no comércio de objetos de culto entre Salvador e a Costa d'África. Esse documento, descoberto durante a pesquisa para o mestrado, constituía uma pista interessante dessas relações comerciais. Por outro lado, a documentação do Arquivo Público do Estado da Bahia,

⁴ VOGEL; MELLO; BARROS, 2001.

⁵ HERKOVITS, 1958.

⁶ VERGER, 1987.

⁷ CUNHA, 1985.

com seus registros de entrada e saída de embarcações, documentos alfandegários e comerciais, inventários e testamentos, mostrou a viabilidade da pesquisa. Restava apenas colocar mãos à obra.

Durante o desenvolvimento do trabalho, a imbricação entre vivência e reflexão histórica mostrou-se profícua. Os conhecimentos que Flávio Gonçalves dos Santos adquiriu em anos de convivência com o candomblé complementaram sua visão de historiador, iluminando aspectos que, não fosse essa dupla inserção, poderiam passar despercebidos. As pontes que estabelece entre as narrativas da mitologia afro-brasileira e certos aspectos da vida da população negra, com consequências para as trocas econômicas entre Brasil e África, são absolutamente originais e esclarecedoras. Como exemplo, a relação entre o culto a *Obaluayê* e as epidemias que assolavam Salvador, atingindo, sobretudo, a população negra e pobre, que procurava nas casas de santo a cura das doenças, estimulando assim a compra de produtos rituais. Ou entre o mito de *Ossaim* e o comércio de folhas e outros produtos vegetais trazidos da África. Ou, ainda, sobre a disputa entre Xangô e Ogun, envolvendo a acumulação de caurís ou búzios, e sua utilização como moeda. Por outro lado, sua relação afetiva com Salvador permitiu que, em meio à análise de tabelas e gráficos, tivesse sensibilidade para reconstruir, através de uma narrativa envolvente, o cotidiano da população, revelando uma cidade em plena vida, cujo coração pulsante é o porto.

No primeiro capítulo, somos transportados para o centro comercial da Bahia em pleno século XIX. Podemos apreciar seu intenso movimento de homens e embarcações e até mesmo sentir o clima de tensão, diante das investidas inglesas contra o tráfico negreiro. Podemos ainda perceber que os antigos brigues, galeotas, galeões e saveiros já convivem com os vapores, cujo calado maior obrigou a execução de reformas que mudaram a topografia da Cidade Baixa. Obras de infraestrutura fundamentais para o aumento do fluxo de embarcações de longo curso, predominantemente oriundas dos portos ingleses e alemães.

Mas, apesar do progresso, vemos que Salvador ainda guarda o aspecto de uma cidade colonial, com suas ruelas estreitas, cobertas de dejetos e mal iluminadas à noite. A cidade é acordada

com o barulho intenso do comércio. Saveiros trazem para o Mercado Modelo e para a feira de Água de Meninos os produtos do Recôncavo: farinha de mandioca e carne seca, bases da alimentação popular no século XIX. E também gêneros manufaturados vindos da Europa. Carregadores transportam mercadorias e bagagens dos muitos passageiros que chegam nas embarcações. Com seus tabuleiros, principalmente mulheres vendem guloseimas variadas, de frutas a acarajés. O autor chama a atenção para essa presença feminina no comércio, remetendo-se ao que foi também observado por Roger Bastide e Pierre Verger nos mercados do Baixo Benin. Essa atividade dava às mulheres certa autonomia e permitia que circulassem por outras comunidades, fortalecendo laços identitários e formando redes de solidariedade.

Nessa viagem pelo porto de Salvador, cujas cenas lembram as descritas por Jorge Amado em obras como *Mar Morto*, tomamos também contato com as precárias condições de vida e saúde da população soteropolitana, sobretudo, como era de se esperar, de sua parcela mais pobre, composta, em sua maioria, por afro-brasileiros. Esse quadro nos faz compreender a intensa procura pelas práticas curativas do candomblé, cujos terreiros funcionam como verdadeiros centros de medicina popular. Os surtos epidêmicos são comuns. Em meados do século XIX, as epidemias afetam severamente o movimento portuário, trazendo a fome e a carestia, além de crescentes pressões, sobretudo por parte dos médicos sanitaristas, para a implantação de medidas de higienização.

Ainda nesse primeiro capítulo é analisado o movimento portuário, e discriminados os produtos e valores das cargas do comércio de pequena e grande cabotagem, e da navegação de longo curso. O autor destaca que os grandes comerciantes baianos dependiam dos negociantes ligados aos mercados internacionais, predominantemente ingleses. Assim, comumente assumiam o papel de intermediários entre os produtores e o mercado exportador ou importador. Isso lhes permitia controlar com exclusividade o fluxo de determinados produtos essenciais para o abastecimento da cidade, manipulando sua oferta e preço, com consequências nefastas para a economia da Bahia. Com relação ao comércio

internacional, aponta que, entre 1815 e 1850, o produto que movimentava de fato os portos baianos, sobretudo o de Salvador, foi o escravo e não a cana-de-açúcar, como se costuma afirmar. A partir de 1890, passaram a ser, por ordem de importância, o cacau, o fumo e seus derivados, o café, o algodão e o açúcar.

No segundo capítulo o autor focaliza as relações comerciais atlânticas, mostrando que os artigos destinados ao culto dos orixás sustentaram atividades comerciais que se mantiveram mesmo após a extinção do tráfico negreiro. Revela também o envolvimento dos líderes do candomblé baiano com esse comércio, fruto da resistência e da busca de alternativas econômicas de negros marginalizados dos dois lados do Atlântico. As constantes viagens motivadas pelo comércio mantiveram laços e contatos entre os negros baianos e as comunidades da Costa Ocidental da África, proporcionando, além da troca de produtos, a troca de conhecimentos sobre o culto, e fortalecendo vínculos identitários. Um dos exemplos destacados são as ligações entre o Ilê Axé Opô Afonjá e Joaquim Branco, uma das maiores fortunas de Lagos. O autor nos dá também a interessante informação de que Mãe Aninha (Eugênia Ana dos Santos), além de cultivar os orixás com autênticos produtos africanos, também os vendia em sua quitanda na Ladeira do Pelourinho, localizada próximo à Igreja do Rosário dos Quinze Mistérios dos Homens Pretos, da qual era priora.

Do ponto de vista econômico, como o sistema bancário era inexpressivo e a monetarização baixa dos dois lados do Atlântico, a troca caracterizou esse comércio. O uso dos búzios, moeda tradicional em algumas regiões da Costa do Golfo de Benin, como Lagos, Porto Novo, Ajuda, só era possível em pequenas transações, devido ao seu baixo valor no mercado internacional. Assim, o acúmulo de mercadorias era resultado da própria circulação e tinha o intuito de manter a rede comercial em movimento. Por outro lado, o controle de toda a rota comercial e o pertencimento de todos os agentes ao mesmo grupo identitário conferiam maior segurança às transações comerciais.

Mas se em certos aspectos, explica o autor, a estruturação desse comércio apresenta características pré-capitalistas, há,

quanto a sua motivação, uma sobreposição de interesses. O comércio de produtos, como o azeite de palma, o pano da Costa, a noz-de-cola, sabão da Costa e até a palha da Costa, que certamente respondia aos interesses capitalistas, tornava possível as trocas interatlânticas de bens que apresentavam apenas valor de uso para os cultos. Dessa forma, ao lado de produtos que tinham um mercado consumidor mais amplo na sociedade baiana, vinham outros, destinados a abastecer um mercado consumidor restrito, que de outra forma não encontraria meios de satisfazer a sua demanda. Isto é, a especificidade desse comércio estava na forma de criar meios para que itens aparentemente sem valor comercial pudessem atravessar o Atlântico e chegar aos adeptos do culto aos orixás. Os produtos que mais se destacam são o azeite de dendê, utilizado nas comidas de santo; o pano da Costa, muito usado nos trajes; a noz-de-cola ou *obi*, que tem importante papel nos ritos de iniciação, além de propriedades medicinais; a palha da Costa, utilizada na confecção de adereços e também em produtos de uso geral, como chapéus, esteiras, cestos; e ainda o sabão da Costa. A proveniência africana dos produtos funcionava, e ainda funciona hoje, no Brasil, como garantia de sua eficácia ritual, crença que esteve vinculada à polêmica que marcou as primeiras décadas do século XX sobre a pureza dos cultos, considerada tanto maior quanto mais fiel fosse às práticas realizadas na África. Assim, a menção à origem africana no rótulo valorizava o produto, fato que o autor já havia observado diretamente ao acompanhar sua mãe à feira de São Joaquim, mercado tradicional onde, ainda hoje, se encontram lojas especialmente dedicadas ao fornecimento de mercadorias destinadas aos cultos afro-brasileiros. Também por isso, nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras do XX, os líderes do candomblé da Bahia propagavam e orgulhavam-se de sua condição de filhos de africanos, o que lhes garantia a transmissão direta, por seus ancestrais, dos segredos e mistérios da África. Curiosamente, essa legitimação das práticas e dos produtos usados no culto aos orixás por sua origem africana encontra interessante paralelo com o que ocorria, durante os séculos XVI e XVII, no Reino de Aragão, onde livros mágicos, objetos e rituais eram

referendados por sua origem francesa. Como aconteceu com o Atlântico, esses conhecimentos cruzaram os Pireneus e, no lado espanhol, sua origem transpirenaica constituía garantia de autenticidade e eficácia⁸. Mas, na Bahia, enfatiza o autor, a África referida é particularmente a da cultura nagô, cuja alegada “superioridade” foi construída como resistência ao racismo colonialista britânico. Os laços estreitos e contínuos entre a população afro-brasileira ligada aos terreiros nagôs e as populações de “brasileiros” retornados à Costa d’África resultaram numa certa unidade identitária que se refletia nas trocas comerciais. Dos pontos de vista cultural e social, essa rede comercial constituiria, no Brasil, uma forma de valorizar a cultura afro-brasileira e, na África, um espaço de afirmação dos “brasileiros retornados” diante da sociedade local e dos europeus. No aspecto econômico, deu aos comerciantes, principalmente os da Costa d’África, uma boa margem de lucro. E do ponto de vista religioso permitiu trocas materiais e simbólicas que ainda hoje marcam os dois grupos populacionais.

O terceiro capítulo, intitulado sugestivamente *Sem mercado não há orixá*, focaliza a interseção das relações comerciais de objetos de culto aos orixás e as formas de prestação de serviços mágico-religiosos nos terreiros de candomblé. Aqui, os conhecimentos do autor sobre a mitologia afro-brasileira são utilizados para melhor compreender e explicar esse processo. Mas, ao mesmo tempo, ele recorre a teorias antropológicas, como a de Marcel Mauss⁹, sobre o *potlatch* ou o sistema de prestações totais, entendido como um sistema de compensação dos gastos despendidos por um grupo ou por um indivíduo, em uma determinada circunstância. Nesse sentido, quanto mais dedicado ao culto, mais o adepto recebe a proteção dos orixás, ao mesmo tempo em que é mais reconhecido pelo grupo, usufruindo de sua rede de solidariedade. Assim, embora as mercadorias exigidas pelo culto sejam dispendiosas, haverá sempre motivação para adquiri-las. A

⁸ VEIGA, 2012.

⁹ MAUSS, 1981.

solidariedade entre o povo de santo se reflete na cerimônia da “quitanda das iaôs”. A compra da iaô (*panã*) constitui uma forma de contribuir para as grandes despesas que a feitura de santo requer e demonstra a inserção do iniciado, renascido através do ritual, numa rede de relações que marcará sua vida daí por diante. Vale ressaltar ser comum, nas casas de santo, a circulação, entre os adeptos, de listas, com os objetos necessários ao culto, para que contribuam com os gastos, responsabilizando-se pela doação de algum item, de acordo com suas posses.

A iniciação implica na assunção de uma série de compromissos com o grupo e o culto, traduzidos por meio de seu comportamento e da obediência a uma multiplicidade de preceitos, mas também por contribuições financeiras, transmissão de prestígio e trabalho. E, embora a oferta desses dons não seja indispensável para a vinculação ritual, os que fazem doações ou conferem prestígio social ao terreiro são sempre convidados a estabelecer algum vínculo, como é comum no caso dos ogãs.

A outra forma de *pottlatch* no candomblé é constituída pelas oferendas aos orixás, chamadas obrigações. O culto exige a oferta de produtos e de trabalho no cotidiano das casas de santo. O dinheiro não é incompatível com os rituais do candomblé, mas pelo contrário constitui um de seus elementos. Dinheiro traz axé e vice-versa. O enriquecimento de algum membro da comunidade é sempre visto também como fruto da intervenção divina, através das barganhas estabelecidas com os orixás, intermediadas pelas mães e pais de santo, que se valem comumente da consulta ao Ifá para estabelecer esse diálogo. Anteriormente privilégio de poucos, os chamados babalaôs, hoje o jogo de búzios é praticado por quase todos os líderes dessa religião, constituindo uma das formas mais comuns de consulta aos orixás. No candomblé, a presença do dinheiro está relacionada, invariavelmente, a uma prestação de “serviço mágico-religioso”. A partir da consulta ao Ifá são determinadas as cerimônias que o adepto deve realizar, todas implicando no dispêndio de determinadas quantias, destinadas a pagar o serviço dos líderes religiosos e também para a compra dos produtos e objetos necessários.

O autor faz referência ao fato de que a organização hierárquica do candomblé se fundamenta na noção de senhoridade, constituindo, em muitos aspectos, uma sociedade de corte, com inúmeras regras de hierarquia, e distinções rituais e sociais que identificam o lugar de cada indivíduo no grupo. Como em qualquer corte, o luxo e a ostentação conferem prestígio social e isso se reflete nos cuidados com o culto, desde as roupas, até a qualidade dos objetos e produtos utilizados. Nesse quadro, o uso de produtos africanos atribui um prestígio especial ao indivíduo dentro do grupo. Esse prestígio possibilita maior facilidade na aquisição de conhecimentos e, paralelamente, maiores oportunidades de ascender na rígida hierarquia do candomblé.

O autor conclui que, para o povo de santo, a riqueza é um fim e, ao mesmo tempo, uma forma de melhor cultuar os orixás. Por outro lado, como o não cumprimento das obrigações implica em graves consequências para a vida do adepto, este estará sempre motivado a adquirir os produtos rituais, em que pese o alto valor de seus preços. O culto implica sempre em uma operação comercial para a aquisição desses produtos, cuja aquisição e utilização exigem conhecimentos adquiridos através da prática religiosa.

Como se pode perceber, *Economia e Cultura do Candomblé na Bahia: o comércio de objetos litúrgicos afro-brasileiros - 1850/1937* apresenta uma abordagem absolutamente original e multifacetada do tema focalizado, proporcionando uma instigante viagem intelectual a leitores com interesses os mais variados, desde historiadores, que encontrarão informações e análises consistentes, até os adeptos das religiões afro-brasileiras, que terão a oportunidade de conhecer outros aspectos da história de nossas relações com a África e do culto aos orixás. E tomara que esse conhecimento sirva de alicerce para a afirmação do direito à liberdade religiosa no Brasil. Afinal, como afirmou há muito tempo meu amigo Joel Rufino dos Santos: “Sem saber de si, nenhuma comunidade pode nada, reivindica nada, avança nada”.